



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

A nível mundial tem-se assistido a um crescimento continuado das populações de javalis, sendo muitos os exemplos onde as populações se tornaram problemáticas, e Portugal não é exceção;

Nalguns casos estão a ser desenvolvidas grandes operações para solucionar os problemas existentes, quer com abates sistemáticos, quer com capturas e translocações, quer pela gestão cinegética, adaptando o esforço de caça, sendo esta última a forma mais económica e sustentável de gerir populações de javalis;

Para além do crescimento generalizado pelo território, um pouco por todo o lado, tem-se assistido a um crescimento particularmente exagerado das populações de javalis junto a áreas urbanas e em parques naturais onde a caça está proibida;

A ausência de caça, em especial, mas igualmente a grande abundância de alimento que em geral existe nestas áreas (muito ligado aos lixos urbanos) levam a que as coisas se descontrolem e os problemas surjam ciclicamente;

Um pouco por todo o país são frequentes as notícias e testemunhos de destruição de campos agrícolas por javalis, à semelhança, aliás, do que acontece em zonas agrícolas da Europa central (França, Bélgica, Alemanha, etc.), onde a alternância de culturas e a permanente disponibilidade alimentar elevada e coberto favorável, levam a que um javali fêmea se possa reproduzir três vezes em dois anos;

Os principais impactos negativos de populações hiperabundantes e não controladas prendem-se com os estragos em culturas agrícolas, mais frequentes na cultura do milho e culturas hortícolas, povoamentos florestais, destruindo as sementeiras e plantações jovens, e na pecuária, competindo pelos recursos alimentares, causando problemas de hibridação e acarretando riscos sanitários para as espécies domésticas;

Em termos de medidas para o controle das populações, a caça sustentável é de longe a melhor opção, desde logo porque reduz em muito os custos operacionais, bem como assegura uma continuidade da gestão, para além de gerar riqueza, sendo o ato da caça em si e a carne obtida fontes de importante rendimento para as explorações e para a economia rural;

Nesse sentido, deve sempre privilegiar-se a gestão por intermédio da caça, aumentando o esforço de caça/abates quando as populações crescem demais e reduzindo quando estas estão abaixo da população ideal, ajustada à capacidade de sustentação de um determinado espaço;

No caso de estragos pontuais ou concentrados no tempo existe a possibilidade de organizar atos de correção de densidades direcionados a prevenir, minimizar ou eliminar o problema, nomeadamente o abate por intermédio de esperas e batidas ou montarias;

Este tipo de ações depende da autorização do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que, de acordo com informações que chegaram ao conhecimento do Grupo Parlamentar do CDS, nem sempre está sensibilizado para o problema, tendo tendência a indeferir os pedidos ou a criar demasiados entraves, ou ainda a demorar na resposta;

Com frequência, quando é feito um pedido para fazer uma batida (por exemplo nos milhos), de modo a reduzir o número de animais e a expulsar os javalis que aí se instalam e causam abundantes estragos, o ICNF apenas autoriza o uso de cães, e não de armas, pelo que as operações acabam por fracassar, já que sem o abate de alguns animais o problema não se resolve.

Não obstante, nas zonas urbanas, periurbanas e em zonas inacessíveis, em especial quando o problema já está instalado, não se consegue resolver o problema com a caça, geralmente por questões logísticas e de segurança das populações;

Assim, nestas zonas há que encontrar outras alternativas que em geral passam por abates cirúrgicos efetuados por equipas especializadas, ou por campanhas de captura e abate ou translocação para locais onde os javalis são um recurso e não um problema, como é o caso de zonas de caça vedadas onde não existe o problema de transferência do problema para outro lado.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecederem, respostas às seguintes perguntas:

1. Concorda V. Exa. com a necessidade de, por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, agilizar as autorizações de controlo de população e correção de densidades de javalis, de forma célere e simplificada, permitindo o abate dos animais sob pena das ações não terem sucesso, principalmente nas regiões onde tradicionalmente

estes problemas ocorrem, como é o caso das regiões onde existe cultura do milho e em zonas de minifúndio, onde os estragos não são tão volumosos em termos económicos, mas são muito significativos para os pequenos agricultores e para a agricultura familiar?

2. Considera V. Exa. viável a criação de um seguro para as culturas agrícolas que abranjam estragos com javalis, à semelhança do que existe noutros países?

3. Tem o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural articulado com o Ministério do Ambiente a procura de soluções para este problema?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 28 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)